

**11º ENCONTRO ABCP  
CURITIBA  
31 DE JULHO - 3 DE AGOSTO 2018**

**ÁREA TEMÁTICA “PENSAMENTO POLÍTICO BRASILEIRO”**

**A POLÍTICA DE MASSAS: FRANCISCO WEFFORT E AS “RAÍZES” DO  
POPULISMO (1963-1966)**

Daniela Mussi (Universidade de São Paulo)<sup>1</sup>

André Kaysel (Universidade Estadual de Campinas)<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Pós-Doutoranda do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6959493433205996>

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6093535016539029>

**Resumo:** O presente trabalho constitui primeira parte da pesquisa coletiva “Da política de massas às massas na política: Francisco Weffort e o populismo no Brasil (1963-1978)”, em andamento desde o início de 2017. Trata-se de uma pesquisa sobre o pensamento deste cientista político brasileiro por meio da reconstrução filológica da coletânea *O populismo na política brasileira*, publicada em 1978 mas composta por escritos do período 1963-1970. Neste texto, discutimos o período inicial da elaboração de Weffort sobre o populismo, mais precisamente os termos nos quais este conceito elaborado entre 1963 e 1966, o ambiente institucional e as mudanças que os textos deste período sofreram no momento seguinte, com vistas à publicação da coletânea do final da década de 1970.

**Palavras-chave:** Francisco Weffort; Populismo; Brasil

## Apresentação

Entre setembro de 1963 e maio de 1966 Francisco Weffort escreveu e publicou um conjunto de artigos sobre o populismo no Brasil: “Política e massas” (1963), “Raízes sociais do populismo em São Paulo” (1963) e “Estado e massas no Brasil” (1964). Esta produção se deu no contexto duas importantes experiências intelectuais coletivas, distintas e mesmo contrastantes entre si: por um lado, a participação na agenda de pesquisa sociológica levada a cabo no Centro de Estudos Industriais e do Trabalho (CESIT) da Universidade de São Paulo, centro recém fundado encabeçado por Florestan Fernandes ao qual Weffort se vinculava como pós-graduando; por outro, seu esforço de crítica à agenda de trabalho intelectual de inspiração nacionalista encabeçada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) – importante centro intelectual estatal que funcionou de 1955 a 1964.<sup>3</sup>

Antes mesmo do encerramento abrupto pelo golpe de 1964, a hegemonia intelectual e cultural do ISEB já era questionada pela sociologia uspiana sob a direção de Fernandes, bem como pelos esforços de desenvolvimento de um marxismo crítico da perspectiva nacionalista e economicista, representados especialmente na experiência do que ficou conhecido como “Seminário d’O Capital” (Schwarz, 1999), iniciativa da qual Weffort participou no início dos anos 1960. Este foi o contexto no qual, no segundo semestre de 1963, Weffort participou do projeto coletivo realizado no âmbito do CESIT para realização do livro coletivo *Política revolução social no Brasil*. Para este, Weffort escreveu o capítulo “Política e massas”, no qual analisou criticamente as ambições da política de inspiração isebiana. Foi esse o período em que redigiu, também as primeiras conclusões de sua pesquisa empírica a respeito das “Raízes do do populismo em São Paulo”.

Em seguida, já no contexto pós-golpe militar, redigiu o artigo de caráter histórico-teórico “Estado e massas no Brasil” em que analisou o populismo como fenômeno do processo de formação e autonomização do Estado brasileiro em relação às classes sociais. Nos final dos anos 1970, Weffort retomou dois destes textos sobre o populismo para compor – como primeiro e segundo capítulos – a coletânea *O populismo na política brasileira*, que viria a ser seu livro de maior repercussão nos debates políticos e historiográfico das décadas seguintes (cf. Mussi e Kaysel, 2017c).

Dito isto, as questões que orientam o presente trabalho são: teria Weffort mudado seu pensamento sobre o populismo neste intervalo de quinze anos? Em que sentido? Para responde-las, partiu-se da recuperação filológica das primeiras versões dos textos do período 1961-1966 para tentar captar o desenvolvimento do

---

<sup>3</sup> E do Instituto Brasileiro de Economia, Sociedade e Política (IBESP), seu antecessor.

pensamento político de seu autor. O resultado é surpreendente. Ao recolocar os textos de Weffort em seus contextos, foi possível apreender continuidades e mudanças instigantes em seu pensamento, de difícil apreensão se considerada apenas uma ou outra versão dos mesmos. O populismo, então, se revela como prisma de muitas faces; em outras palavras, como conceito-meio para o desenvolvimento de diferentes intervenções intelectuais (político-conjunturais, empírico-científicas, histórico-teóricas). Uma noção que o autor adaptou segundo suas intensões polêmicas em cada caso, e que a publicação pretendida como definitiva de suas ideias sobre o tema no fim dos anos 1970 acabou por esconder.

### **O populismo como “política de massas”**

Em sua primeira versão, “Política de massas” fez parte do projeto coletivo *Política e revolução social no Brasil*, livro organizado por Octavio Ianni com artigos de Paul Singer, Gabriel Cohn e Francisco Weffort escritos no segundo semestre de 1963 e revisados quando da publicação em 1965, logo após o golpe civil-militar. O livro foi concebido a partir de “um programa comum” com vistas à orientar “a apontar as orientações fundamentais da atividade política” diante “das profundas e rápidas transformações em curso” e um cenário de “crises e desequilíbrios econômicos e políticos” (Ianni, 1965, p. 9). Os capítulos, por sua vez, foram concebidos em uma estrutura semelhante, com uma introdução e a divisão do texto em pontos enumerados. Ianni escreveu sobre “processo político e desenvolvimento econômico”, Singer sobre “a política das classes dominantes”, Cohn sobre as “perspectivas da esquerda” e coube a Weffort o tema da “Política de massas”.

O capítulo, escrito em setembro de 1963 (Weffort, 1978, p. 11), começa afirmando que as massas populares teriam se constituído, na política brasileira posterior à Revolução de 1930, em um “parceiro-fantasma”, cuja participação seria sempre invocada por diferentes representantes dos quadros dominantes nos momentos de crise, sem, no entanto, chegar a se concretizar. Daí que o slogan atribuído ao ex-governador de Minas Gerais, Antônio Carlos, “ façamos a revolução antes que o povo a faça”, poderia, segundo o autor, ser tomado como divisa característica de todo o período. Dessa maneira, mesmo nos debates entre reformistas e conservadores em torno das “reformas de base”, que dominava a cena política desde a renúncia de Jânio Quadros em 1961, se manteria esse padrão de atuação em que ambos os lados, ao mesmo tempo em que invocavam a eminente intervenção das massas, buscariam alternativas ou formas de evitá-la, conduzindo o jogo político a uma situação de paralisia e impasse. Porém, continua, seria justamente essa crise das modalidades tradicionais de atuação das elites que abriria novas

possibilidades de uma efetiva participação popular, pois “a impotência política dos grupos dominantes permite vislumbrar grandes transformações na estrutura de poder, nas quais o tradicional espírito conciliador que, de a muito, constitui o estilo político brasileiro, entrará em crise irremediável” (Weffort, 1965, p. 163).<sup>4</sup>

Diante desse cenário, e da interrogação que ele abriria a respeito de quais formas assumiria a intervenção das massas, ganharia sentido refletir sobre como se havia dado essa participação até aquele momento.

Para ele, a entrada das massas na política deveria ser compreendida a partir da confluência de dois processos: de um lado, a democratização de 1945 e, de outro, a combinação da estagnação da estrutura agrária com o desenvolvimento urbano-industrial desde 1930. Desse modo, a urbanização e a industrialização colocariam sobre o regime recém instaurado o peso da “tarefa trágica” de toda democracia burguesa: a incorporação das camadas populares ao processo político (Ibid., 1965, p. 164).

A democratização teria criado as condições institucionais para que as camadas populares exercessem, por meio do voto, uma pressão efetiva, “certa autonomia” (Ibid., 1965, p. 164) – embora limitada e indireta – sobre as relações de força ao nível das elites, inclusive contribuindo para sua renovação. Contudo, essa participação popular não seria organizada e canalizada, seja por meio dos partidos,<sup>5</sup> seja por meio de associações tais como os sindicatos e as entidades estudantis:

“Esta falta de autonomia das organizações sindicais é apenas um aspecto da geral dependência das organizações políticas populares, inclusive as partidárias, e é este um dos traços mais importantes da situação política. Não se sabe de nenhum movimento de opinião que tenha mantido, ante os governos, a relativa independência que se conseguiu atingir,

---

<sup>4</sup> Passagem excluída da versão do texto publicada em 1978. No seu lugar, Weffort inseriu um longo parágrafo sobre o golpe de 1964 que começa assim: “As massas populares não fizeram a ‘baderna’ temida pela direita nem saíram em defesa do governo Goulart como esperavam as lideranças reformistas. Em abril de 1964 elas foram ainda mais uma vez o parceiro-fantasma do jogo político: em seu nome o reformismo e o governo formulavam sua política de reforma agrária e nacionalizações (...)” (Weffort, 1978, p. 16).

<sup>5</sup> Em seu conhecido trabalho sobre a relação entre o Estado e o sistema partidário na democracia de 1945-1964, Maria do Carmo Campelo de Souza afirma que, de fato, haveria um relativo consenso na literatura especializada sobre a inconsistência dos partidos brasileiros, consenso este que a autora procurou por em questão (cf. Souza, 1976).

por exemplo, na campanha do petróleo.” (Ibid., 1965, p. 167).<sup>6</sup>

Segundo Weffort, em um cenário de “incapacidade de penetração popular dos partidos”, a participação das massas na política se dava de modo atomizado, como relação direta entre o eleitor e os candidatos. O mero fato de que os eleitos deveriam prestar contas, ainda que simbolicamente a seus eleitores introduziria uma mudança qualitativa fundamental em comparação com a política oligárquica da República Velha. Daí a insatisfação da classe média tradicional, vinculada à UDN, com o processo de democratização, no qual esta veria uma degradação moral da vida pública:

“A sensibilidade tradicional foi imediatamente capaz de registrar a notável diferença política do período que se abre em 1945. Daí o escândalo provocado pelo alistamento *ex officio*. O impopular moralismo tradicional exprime a repulsa contra o que se poderia chamar, de seu ponto de vista, de popularização da corrupção, repulsa que não pode esconder a nostalgia dos tempos da ‘República Velha’, onde a corrupção aparece, curiosamente, nas mãos de homens dignos, como um instrumento neutro que não mancha a fundamental austeridade de seus princípios.” (Ibid., 1965, p. 169).<sup>7</sup>

Para Weffort, a democracia brasileira se expressaria em dois sentidos. Em um primeiro, por meio das crises, ensejadas pelas crescentes dificuldades de composição entre os grupos dominantes e de contenção das massas, reveladoras dos limites da democracia burguesa de modo geral. Já em um segundo, por meio dos demagogos e

---

<sup>6</sup> A exceção à qual o autor alude nesta passagem teria sido o movimento *O petróleo é nosso!* que, em 1953, galvanizou amplas parcelas da sociedade civil brasileira e teve impacto importante na nacionalização da exploração petrolífera, com a criação da Petrobras naquele mesmo ano.

<sup>7</sup> Passagem modificada na versão de 1978: “A sensibilidade liberal tradicional, foi imediatamente capaz de registrar a diferença política do período que se abre em 1945 e manifestou desde logo sua decepção ante uma democracia em que é preciso ‘cotejar as massas’. O impopular moralismo tradicional exprime a repulsa contra o que se poderia chamar, de seu ponto de vista, de ‘popularização da corrupção’” (Weffort, 1978, p. 22). Esta revisão no texto – que deixa apenas subentendido o papel tradicionalmente elitista da tradição liberal na política brasileira – assim como outra que veremos mais adiante, pode indicar uma atitude menos antipática de Weffort em relação à tradição do pensamento liberal brasileiro nesse novo contexto.

nacionalistas que, ao convocarem o movimento popular, ainda que como mero suporte da agitação parlamentar, tornariam efetiva a pressão popular sobre o poder. Daí que:

“A expressão final da realidade desta democracia é, assim, paradoxalmente, o fascínio do Estado. Faz-se necessário considerar mais de perto o sentido desta participação popular, através do exame de suas formas concretas: a liderança populista que se constitui na raiz do poder real, e o nacionalismo que inspira a expressão organizada das massas.” (Ibid., 1965, p. 171).<sup>8</sup>

Para definir populismo, Weffort criticou tanto os intelectuais liberais elitistas como os nacionalistas, os dois polos que organizariam o conflito ideológico da época. Quanto aos primeiros, cujas posições seriam ilustradas por um editorial de Plínio Barreto em *O Estado de S. Paulo*, após as eleições de 1947, o populismo seria a demagogia e a adulação da massa popular pelo líder personalista desprovido de programas ou ideias.<sup>9</sup> Já os segundos, em que pese sua suposta afinidade com o povo, acabariam, paradoxalmente, por aproximar-se do diagnóstico de seus adversários ao caracterizar o populismo como fenômeno pré-ideológico ou a-ideológico. Nessa direção, tanto liberais como nacionalistas considerariam o populismo como uma fase da política brasileira bloqueada ou superada com o advento da política dos partidos.

Para compreender com quem Weffort está dialogando no início dos anos 1960, é interessante resgatar as concepções do populismo por ele citadas, dos intelectuais nacionalistas Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos.<sup>10</sup> Mais precisamente, a reflexão promovida por Jaguaribe em 1954, sobre o fenômeno da máquina político-eleitoral do

---

<sup>8</sup> Na versão de 1978, a primeira frase desta passagem é cortada. Ela segue assim: “Faz-se necessário examinar mais de perto o sentido desta participação popular através de algumas de suas formas concretas de manifestação política: a *liderança de massas de tipo populista*, que se constituiu em uma das principais formas de imobilização política no período democrático, e o *nacionalismo*, ideologia que inspirou as linhas básicas da ação de diversas organizações de esquerda (principalmente o PC) e teve grande influência sobre os sindicatos e associações estudantis. (Weffort, 1978, p. 24. Grifos no original). O principal destaque, nesta mudança, está na caracterização definitiva do populismo como “forma de imobilização política”, em contraste com a ideia de “raiz do poder real” tal como no original de 1963.

<sup>9</sup> De fato, como sustenta Jorge Ferreira (2001), as primeiras referências ao populismo no Brasil podem ser encontradas em artigos da imprensa liberal que estigmatizavam negativamente os adeptos do quererismo em 1945.

<sup>10</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes (2001), o ensaio “Que é o adhemarismo?”, de Jaguaribe, publicado na revista *Cadernos do Nosso Tempo* nos anos 1950, pode ser considerado o primeiro a utilizar o termo populismo nas ciências sociais brasileiras.

ex-governador paulista Adhemar de Barros. Como ponto de partida, Jaguaribe notara que o voto adhemarista se distinguiria dos dois tipos até então conhecidos de comportamento eleitoral: o “voto clientelista” e o “ideológico”. Enquanto o primeiro seria típico das máquinas eleitorais rurais, o segundo seria o característico voto urbano, organizado em bases classistas (Jaguaribe, 1954, p. 141). Embora Adhemar e a máquina do Partido Social Progressista (PSP) recorressem a métodos clientelistas, Jaguaribe notava que a adesão do eleitor rural não se dava ao partido como tal, mas à figura do candidato. Do mesmo modo, os trabalhadores urbanos e os pequeno-burgueses que aderiam ao adhemarismo também não o faziam por motivos ideológicos, mas igualmente pelo vínculo personalista.

Para explicar esse padrão, Jaguaribe propôs entender o adhemarismo como um fenômeno típico da sociedade de massa: de um lado, a classe dominante não possuía capacidade dirigente, perdendo a ascendência sobre os grupos subalternos, e, de outro, quando a classe trabalhadora não era capaz de uma consciência política adequada à sua situação (Ibid., 1954, p. 144-145) Neste contexto, os grupos sociais se dissolveriam em uma situação de massa, ou seja, uma situação na qual os indivíduos aparecem de modo atomizado como parte de um todo amorfo. A sociedade de massa, fenômeno da modernidade em transição ou em crise, seria o terreno propício para a emergência de lideranças personalistas que apelariam ao homem-massa atomizado. Esse tipo de vínculo político poderia ser chamado também de populista (Ibid., 1954, p. 146).

Anos mais tarde, em 1961, Alberto Guerreiro Ramos retomaria essa discussão em *A Crise do Poder no Brasil*. Tomando como ponto de partida a vitória de Jânio Quadros nas eleições do ano anterior, o sociólogo baiano afirmou que a ascensão ao poder de um candidato desvinculado dos principais partidos políticos e com inclinações bonapartistas representaria a crise do conjunto do sistema partidário, incapaz de canalizar as contradições econômicas e sociais que se acirriam no interior da sociedade brasileira (Ramos, 1961, p. 21-22). Para Ramos, cada período da evolução histórica brasileira poderia ser associado a uma forma de política: de clã durante a colônia; oligárquica no Império e na República Velha e a populista depois de 1945. Para ele, o populismo seria um fenômeno da fase inicial da industrialização na qual as classes trabalhadoras começam a se constituir mas ainda não adquiririam consciência de classe (Ibid., 1961, p. 56-57). Daí que os trabalhadores se representariam no Estado por meio do vínculo pessoal com um líder que encarnaria seus interesses, vínculo este diferente da submissão ou dependência característica da dominação oligárquica (Ibid., 1961, p. 55). Com a aceleração do desenvolvimento e o aprofundamento da diferenciação social, por sua vez, o populismo começaria a dar



lugar a novas formas de política: os “grupos de pressão” e a política ideológica, (Ibid., 1961, p. 58-60).

Em sua retomada do problema pouco depois, em 1963, Weffort rejeitou a caracterização do populismo como sendo pré-ideológico, afirmando a incapacidade dos intelectuais nacionalistas em compreendê-lo como fenômeno e negar a ele um conteúdo ideológico:

“Recusando ideologia ao populismo (ao mesmo tempo em que o atira para o passado) e enfatizando seu próprio caráter ideologizante, não pretenderia o nacionalismo evitar comparações que colocassem à mostra sua própria inconsistência ideológica?” (Weffort, 1965, p. 173).

Weffort estava preocupado, neste ponto, em destacar a “pressão ideologizante”<sup>11</sup> que os intelectuais nacionalistas exerciam sobre uma “polarização política no contexto da crise que se desenvolvia no início dos anos 1960. Esta pressão, a seu ver, conduzia a um paradoxo: considerar-se próximo ao povo mas ser incapaz de avançar em relação a um horizonte tradicional para pensar a vida política popular. Seria natural aos liberais decadentes<sup>12</sup> uma atitude reacionária frente ao fenômeno populista, continuou, mas não seria aceitável aos intelectuais identificados com o povo pensar o populismo com critérios como “ausência de ideologia”, “demagogia”, “apelo emocional” e “paternalismo” (Ibid., 1965, p. 172).

Como exemplos do desenvolvimento do populismo em sua “forma espontânea”, Weffort analisou os casos do “adhemarismo” e o “janismo” com base nos resultados preliminares de uma pesquisa, então em andamento, sobre as eleições estaduais paulistas de 1962. Os resultados finais dessa investigação<sup>13</sup> seriam

---

<sup>11</sup> Termo que, em 1978, aparece substituído por “hegemonia” (não foi usado em nenhum lugar na versão de 1963) (Weffort, 1978, p. 25).

<sup>12</sup> Na versão de 1978, Weffort reconheceu certa “lucidez” aos liberais, pois haviam sido capazes de notar, já em 1945, a relação entre democracia e fenômeno populista, ao contrário dos nacionalistas que imaginam o populismo como antessala da democracia (Weffort, 1978, p. 25).

<sup>13</sup> A pesquisa consistia na aplicação de questionários, respondidos por 200 eleitores dos bairros de alta penetração populista em São Paulo, complementados por dados referentes à votação de Ademar e Jânio naquele ano. Na introdução, consciente da limitação empírica da pesquisa, o texto afirma que procederá a análise por meio da construção de tipos-ideais, embora preservando uma perspectiva totalizante, numa clara tentativa de combinar a metodologia de Weber com a de Marx, consistente com o tipo de trabalho intelectual desenvolvido no âmbito da sociologia uspiana neste período (Weffort, 1965, p. 40-41).

publicados, também em 1965, em um artigo na revista *Civilização Brasileira*, sob o título de “Raízes sociais do populismo em São Paulo”.

Diante dos dados disponíveis, o autor constatou que, enquanto Jânio Quadros obteve maior votação nas cidades de maior concentração urbano-industrial – saindo-se vitorioso na capital –, Adhemar de Barros ganhou a eleição, em grande medida, devido ao maior número de votos que recebeu nas pequenas cidades do interior (Ibid., 1965b, p. 49-50). Além disso, desagregando os dados referentes à distribuição dos eleitores entrevistados por grupo social, mostrou que Jânio fora mais votado entre operários fabris e assalariados de escritório, enquanto Adhemar vencera entre assalariados de serviços de baixa remuneração, como empregados domésticos, porteiros e balconistas do comércio. Isso posto, conclui que o janismo teria sua principal base entre o operariado e a classe média assalariada, ao passo que o adhemarismo se enraizaria nas classes médias tradicionais e o lumpen-proletariado (Ibid., 1965b, p. 52-53). A essas distintas bases sociais corresponderiam, portanto, diferentes perfis ideológicos revelando distintas formas de populismo, reverberando a argumentação elaborada em 1963.

Para Weffort, seria possível entender a forma ideológica pequeno-burguesa como não restrita a uma noção tradicional de consciência de classe, tal como se expressa no fenômeno do adhemarismo, podendo ser incorporada também por setores assalariados mais modernos e mesmo pelo operariado urbano, sendo esse o caso do janismo, cujo moralismo popular seria, segundo o autor, a cobertura ideológica pequeno-burguesa para o reformismo operário (Ibid., 1965, p. 185). Ambos os populismos, por sua vez, implicariam em “uma traição à massa popular” e abertura de um processo de crise:

“Por lançar raízes em uma classe cujas condições de existência não lhe permitem dirigir o processo histórico, o populismo é, no essencial, a forma política que conduzirá sempre à superação da pequena burguesia, seja através da revolução, seja através do desenvolvimento capitalista e do esmagamento do pequeno burguês pelos grandes capitais” (Ibid., 1965, p. 182-183).<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Na versão do 1978, com alterações importantes: “Por limitar-se às formas pequeno-burguesas de ação, o populismo traz em si a inconsistência que conduz inevitavelmente à traição. Por limitar-se a estas formas, o populismo é, no essencial, uma **política de transição que conduz inevitavelmente através do desenvolvimento capitalista, ao esmagamento da pequena-burguesia** pelos grandes capitais” (Weffort, 1978, p. 34. Grifos adicionados). Discutiremos em seguida esta sensível alteração no texto.

Por fim, o texto conclui, que, se adhemarismo e janismo representam expressões espontâneas do populismo, o nacionalismo poderia ser considerado uma forma “ideológica” deste mesmo fenômeno:

“Os nacionalistas, mesmo os mais radicais, falam sempre em nome do povo, em nome da comunidade nacional. Não se propõe representar o povo concreto, atual, contraditório, pois isto seria levar a uma prática absurda a ideia inconsistente do povo como unidade, com a qual os nacionalistas pretendem esconder de si próprios a dura realidade de uma marginalidade política.” (Ibid., 1965, p. 187).

Esta passagem, reveladora da intenção de Weffort neste ensaio, evidencia não apenas o argumento interpretativo da vida política entre 1930 e início dos anos 1960, como seu esforço por intervir na análise das perspectivas para esquerda brasileira no contexto da crise de 1963-1964 e sua relação com o nacionalismo, “ideologia dominante, a concepção política que mais influência tem alcançado ao pretender dar resposta a todos os problemas brasileiros” (Ibid., 1965, p. 188).<sup>15</sup>

### **Populismo como “incorporação de massas” ao Estado**

O terceiro texto desta primeira fase da produção de Weffort sobre o populismo, “Estado e massas no Brasil”, foi publicado um pouco depois, em maio de 1966, também na revista *Civilização Brasileira*. Algumas marcações cronológicas presentes no texto indicam que sua redação se deu entre abril e dezembro de 1964.<sup>16</sup> Neste

---

<sup>15</sup> Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, nesta conjuntura Weffort faria parte dos que defendiam que a esquerda deveria “lançar dúvidas” em relação à política populista, dada a crise aberta pela renúncia de Jânio Quadros e o apoio de massas a João Goulart (cf. Pinheiro, 1975, p. 82 e 160). Na versão de 1978, os três primeiros parágrafos que abrem esta seção final do texto são inteiramente revisados. Agora, aparece a ideia do nacionalismo como “*ideologia de substituição* num período de evidente crise de hegemonia das classes dominantes” no contexto que levou ao golpe em 1964, ou seja, “os nacionalistas nunca se propuseram, nem o poderiam, representar o povo atual, concreto e contraditório” devido a “prática orientada pela busca constante do compromisso e pela preocupação de evitar a todo custo situações de conflito” (Weffort, 1978, p. 37-38).

<sup>16</sup> Em uma nota de rodapé de “Estado e massas no Brasil”, Weffort se refere ao artigo “Raízes sociais do populismo em São Paulo” como “manuscrito” de 1963; além de citar o livro de Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, publicado em abril de 1964. Isto sugere que: a) a redação deste segundo

artigo, o modo de pensar o populismo por Weffort apresenta elementos de inflexão analítica a respeito do populismo (até então “poder vigente”), efeito da derrubada de João Goulart pelos militares e a derrota da esquerda nacionalista em 1964 (Ibid., 1978, p. 11). Ao se referir a relativa escassez de trabalhos sociológicos sobre a estrutura do poder no Brasil em uma nota de rodapé, Weffort critica novamente as obras de Jaguaribe e Ramos, apontando seu “forte teor normativo” (Ibid., 1966, p. 138, 2n):<sup>17</sup>

“O nacionalismo passa a ser significativo politicamente quando o governo federal (particularmente na presidência de Kubischek) o encampa como cobertura ideológica do ‘desenvolvimento’. Aparece, pois, em coerência com o quadro geral, como uma forma de consagração do Estado, como uma transfiguração teórica do populismo.” (Ibid., 1966, p. 147).

Neste artigo, as referências ao nacionalismo se concentram no papel histórico deste até 1964. Em contraste com o texto redigido no segundo semestre de 1963, em que esta ideologia é tratada como “adversária” política, Weffort passa a se referir a ela com um passado, ainda que recente.<sup>18</sup> Além desse deslocamento, outra novidade do artigo é a incorporação de referências bibliográficas novas para tratar o problema do populismo. É o caso, por exemplo, da obra *Política y masas en una época de transición* (1962), do sociólogo argentino Gino Germani, de quem Weffort mobiliza a ideia da passagem da “democracia com participação limitada” para outra “de participação ampliada” (Ibid., 1966, p. 137-138). Além disso, ao lado da crítica à produção isebiana, Weffort procura apoio, sobretudo, nos recentes *Dialética do Desenvolvimento* (1964), de Celso Furtado, em *Empresário Industrial e*

---

em período próximo ao capítulo de *Política e revolução social no Brasil*; e b) a redação de “Estado e massas no Brasil” entre abril e dezembro de 1964 (Weffort, 1966, p. 149, 10n; 1978, p. 12).

<sup>17</sup> Na versão de 1978, Weffort não atualizou esta nota de rodapé, mantendo a observação de 1964-1965 sobre o caráter “recente do interesse dos sociólogos brasileiros pela estrutura de poder nacional”, bem como as referências a publicações não mais tardias que 1964 ou como se não tivessem sido finalizadas. Esta última incorreção, bem como as pouquíssimas alterações na segunda versão do texto, assinala que o autor pode não ter dedicado a ele a mesma atenção que ao primeiro em sua revisão para a coletânea *O populismo na política brasileira* (Weffort, 1966, p. 147, 2n).

<sup>18</sup> Ênfase mantida na versão de 1978, que sofre pouquíssimas alterações textuais em relação ao texto de 1964-1965, irrelevantes para o conteúdo do texto.

*Desenvolvimento Econômico* (1964), de Fernando Henrique Cardoso, além do artigo *Industrialization et Conscience Ouvrière a São Paulo* (1961), de Alain Touraine (Ibid., 1966, p. 138, 2n).

O livro de Furtado é de particular importância neste texto pois foi dele a noção, usada por Weffort, de condicionantes estruturais que precedem a entrada das massas brasileiras na vida estatal. Assim, remetendo-se ao economista pernambucano, o cientista político paulista afirma:

“Esta análise caracteriza, com nitidez, um fato de profunda importância para a compreensão do processo histórico brasileiro tanto no plano econômico como nos planos social e político: a condição de marginalidade e de dependência econômicas do processo de industrialização em relação à estrutura agrária tradicional.” (Ibid., 1966, p. 139)

Em seguida, o autor esclarece em uma nota o uso do termo “dependência” como “processo de industrialização [que] aparece limitado pelas estruturas tradicionais principalmente no que se refere à possibilidade de criar um mercado interno como também em relação à capacidade para importar” (Ibid., 1966, p. 139, 3n). É curioso notar que, neste artigo, o viés histórico-estrutural – importado da elaboração de Furtado – é bem mais evidente que em “Política e massas” e mesmo que da análise imediatamente posterior, elaborada quando Weffort passou a compartilhar os argumentos desenvolvidos por Fernando Henrique Cardoso em 1967 sobre o tema (cf. Kaysel e Mussi, 2017a). O populismo em “Estado e massas no Brasil” aparece como produto de uma industrialização estruturalmente dependente, em uma configuração tal que nenhuma das classes ou setores dominantes, de origem rural ou urbana, é capaz de condições de “deter com exclusividade o poder político”. Esta dinâmica estrutural criaria, por sua vez, uma “circunstância de compromisso” em que o Estado “se afasta” de seus “interesses imediatos” para se “sobrepôr ao conjunto da sociedade como soberano” (Ibid., 1966, p. 142).

Nesta passagem já se insinua a noção de Estado como um órgão que se autonomiza em relação as classes dominantes, servindo-lhes de árbitro em suas disputas, que adquiririam relevo em trabalhos posteriores do autor. Esta ideia parece ser resultado de uma combinação peculiar entre a argumentação econômica de Furtado e a leitura que o próprio Weffort procurava fazer, desde 1963, do *18 Brumário*, como fonte para desenvolver o conceito de populismo. Contudo, o resultado no artigo de 1966 reduzia significativamente o momento “ideológico”, ou seja, capacidade de disputa de poder político pelos grupos sociais. Por consequência, o argumento se

desloca para oferecer centralidade à entrada das massas populares na vida política depois de 1945, como base de apoio e de legitimação do poder estatal, encarnado na figura do chefe do executivo. A “jovem democracia brasileira” passa a ter “como fundamento a massa e como chefe os líderes populistas” cujo vínculo não pode ser descrito senão por meio da “manipulação”, representada especialmente “na estrutura sindical oficial e a legislação trabalhista, outorgadas por Vargas ainda durante o Estado Novo”. (Ibid., 1966, p. 143 e 145).

É curiosa, portanto, a apropriação que Weffort realiza neste texto de noções da sociologia da modernização de Germani, fato que só pode ser plenamente compreendido se considerarmos, por um lado, seu débito intelectual com o pensamento isebiano e nacionalista neste momento; e, por outro, o esforço em desvencilhar-se deste “passado ideológico” por meio de uma sociologia da política menos “normativa” e, por isso, voltada para pensar o Estado e o populismo para além da ação individual dos grupos sociais, ou seja, “cientificamente”.<sup>19</sup> É neste contexto em que emerge com força o argumento da “capacidade arbitral do Estado” por meio da manipulação da massa trabalhadora diante da incapacidade de “hegemonia” dos grupos sociais (Ibid., 1966, p. 155).<sup>20</sup> Nessa chave, a crise do populismo é concebida como crise da capacidade estatal de arbitragem dos conflitos entre os grupos dominantes, tanto pelos “obstáculos estruturais” ao processo de industrialização, como pela radicalização dos conflitos de classe.

Nesse sentido, a crise que culminara no golpe de 1964 é explicada como processo de estreitamento do âmbito de compromisso e redução da capacidade de manipulação do Estado, com a emergência do questionamento da própria realidade de sua soberania (Ibid., 1966, p. 156). Nesta conjuntura de paralisia progressiva do Estado, a ideologia teria assumido um papel relevante: por um lado, por meio mito nacionalista/populista do “Estado democrático de todo o povo” e, por outro, por meio do mito conservador do “Estado revolucionário”, sendo este último mais bem sucedido em seus propósitos (Ibid., 1966, p. 157).

---

<sup>19</sup> Para o desenvolvimento desta perspectiva sociológica “científica” foi importante não apenas o sentimento de fragmentação intelectual da esquerda gerado pelo golpe em 1964, como também o papel de “direção” intelectual desempenhado por Florestan Fernandes no CESIT e na Sociologia USP.

<sup>20</sup> Esta foi, possivelmente, a primeira vez que o conceito de hegemonia apareceu no texto de Weffort, em uma passagem que comenta os argumentos de Fernando Henrique Cardoso (1964) sobre a formação dependente da industrialização brasileira.

## Os populismos de Francisco Weffort

Quando publicou *O populismo na política brasileira*, em abril de 1978, Weffort pretendia reunir de maneira organizada as próprias ideias e apresentá-la a um certo público, intelectualizado e de pretensões democráticas. O objetivo era sistematizar um conjunto de ideias potencialmente úteis aos analistas em um contexto que dava “sinais de um possível ressurgimento das classes populares na política brasileira” (Ibid., 1978, p. 11). A intencionalidade política desta publicação no contexto do fim da ditadura militar brasileira, contudo, conduziu leitores e intérpretes do livro a pensá-lo como um todo homogêneo, e levou muitos críticos a destacar as contradições e inconsistências internas às as formulações de Weffort sobre o populismo ali contidas. A pesquisa filológica, realizada com o objetivo de capturar o ritmo do pensamento deste autor ao longo dos quinze anos que separam as versões dos textos publicados nesta coletânea, por sua vez, ajudam a problematizar e recolocar a discussão sobre outras bases. Não existe apenas um populismo em Weffort.

As formulações sobre este conceito presentes nos textos de 1963 revelam seu autor ainda fortemente inserido na cultura nacionalista isebiana, apesar de considerá-la em um franco processo de crise. Neste momento, o populismo nacionalista representava, ainda, uma noção incontornável para entender o desenvolvimento político e ideológico do país. Em 1964, por sua vez, quando Weffort reconstrói esta mesma noção em uma chave histórico-estrutural, da formação de um Estado de compromisso independente das classes sociais no Brasil, o populismo aparece mais como forma política em disputa pelas ideologias nacionalistas e conservadoras no contexto da crise de 1963-1964, com franco benefício desta última.

Sabe-se que entre 1967 e 1974, Weffort mudou ao menos duas vezes suas ideias sobre este conceito em relação ao período de 1963-1966 (cf. Mussi e Kaysel, 2017a; 2017b; 2017c). No final dos anos 1960, impactado pelas elaborações de Fernando Henrique Cardoso sobre o problema da dependência – e no contexto da recepção das ideias de Antonio Gramsci entre os intelectuais brasileiros – passou a elaborar o populismo como conceito-chave para entender, em chave de interpretação histórica, a “crise política e de desenvolvimento econômico que se abre com a revolução de 1930” (Weffort, 1978, p. 61). Nesta elaboração, a ideia de “manipulação” das massas pelo Estado aparece como noção “em crise”, e a noção das classes populares como “parceiro-fantasma” da política populista cede lugar a elaborações mais matizadas a respeito da “ausência” e “presença” do elemento popular na política nacional. O foco, aqui, aparece agora deslocado para noções de “passividade política” de todas as classes sociais e “incapacidade de autorrepresentação” dos grupos dominantes no contexto de crise (Ibid., 1978, p. 67ss).

A partir dos anos 1970, por sua vez, Weffort promoveu uma nova elaboração sobre o populismo, ausente por completo nos textos escolhidos da coletânea de 1978 mas anterior às revisões que o autor nos mesmos para publicação. Nesta nova elaboração, o populismo passou a ser mobilizado para estudo das organizações sindicais e da vida partidária das esquerdas brasileiras, especialmente a comunista mas não somente. A troca de ensaios polêmicos – nunca publicados formalmente – entre o autor, Maria Hermínia Tavares de Almeida e Carlos Estevam Martins entre 1972-1974, é exemplar deste período (cf. Mussi e Kaysel, 2017b). O populismo aparece, agora, deslocado em relação à noção de Estado de compromisso e associado a uma prática política de compromisso que conduz inevitavelmente à passividade e derrota políticas.

Isso posto, é interessante retomar comparativamente algumas passagens duas versões do primeiro capítulo de *O populismo na política brasileira*, texto mais antigo da coletânea. Na versão de 1963 de “Política e massas”, o autor anunciava como objetivo de sua investigação refletir sobre “o sentido da participação presente do povo na luta política”, em um cenário de “esclerosamento das ‘elites’”, sendo “uma interrogação a forma que ele [o fantasma das massas] tomará na realidade” (Weffort, 1965 , p. 163):

“A impotência política dos grupos dominantes permite vislumbrar grandes transformações na estrutura de poder, nas quais o tradicional espírito conciliador que, há muito, constitui o estilo político brasileiro, entrará em crise irremediável. Perante o esclerosamento das ‘elites’, é inevitável que o fantasma das massas cresça e amedronte, mas constitui uma interrogação a forma que ele tomará na realidade. Vale apenas, diante disto, esboçar algumas reflexões sobre o sentido da participação presente do povo na luta política” (Weffort, 1965, p. 163.)

Na versão de 1978, este parágrafo é excluído e dá lugar a uma interpretação nova e definitiva da “forma” que a participação popular assumira às vésperas de 1964. As massas, agora, são apresentadas como o “parceiro fantasma” contra quem reformistas, governo, conservadores e direitistas “de todos os matizes” se unem por temer a ascensão:

“As massas populares não fizeram a ‘baderna’ temida pela direita nem saíram em defesa do Governo Goulart como esperavam as lideranças reformistas. Em abril de 1964 elas foram ainda mais uma vez o parceiro-fantasma no jogo político:



em seu nome o reformismo e o governo formulavam sua política de reforma agrária e nacionalizações; por temor de sua ascensão política os conservadores e direitistas de todos os matizes uniram-se para a propaganda contra o governo e depois para a rápida adesão aos militares vitoriosos” (Ibid., 1978, p. 16).

Na nova versão, Weffort apresenta uma interpretação impossível de ser concebida quando o texto foi esboçado pela primeira vez, mas que se tornaria a base de seu argumento e reflexões ao longo dos anos 1960, bem como das polêmicas assumidas em meados dos anos 1970. Esta interpretação, incorporada ao texto em sua nova versão, fala de uma ruptura profunda em 1964, marcada pela “liquidação de toda a elite política” de então e pela “exclusão política de quase toda a sociedade civil brasileira” (Ibid., 1978, p. 17). Nesse sentido, no *Populismo na política brasileira*, os objetivos analíticos se distanciam daqueles presentes nos textos do período 1963-1966 para se apresentarem como “tentativa de análise de emergência das massas populares no quadro formado por estas relações sociais e políticas [até 1964].”

Em 1963, a crítica ao nacionalismo se concentrava no efeito negativo deste para a interpretação da *ambiguidade* que envolve o fenômeno do populismo, visto como uma forma concreta de participação popular em um contexto democrático. Na versão de 1978, contudo Weffort passou a definir o populismo como um tipo negativo de liderança de massas, “uma das principais formas *imobilização* política no período democrático” (Ibid., 1978, p. 24. *Itálico adicionado*). Além disso, passou a destacar o papel deletério do nacionalismo na orientação do conjunto das organizações de esquerda – particularmente o Partido Comunista Brasileiro, os sindicatos e movimento estudantil. Vale a pena cotejar as duas versões:

### **Texto de 1963**

“Faz-se necessário considerar mais de perto o sentido desta participação popular através do exame de suas formas concretas:

a liderança populista que se constituiu na raiz do poder real,

e o nacionalismo que inspira a expressão organizada das massas. A euforia nacionalista anuviou a grande ambiguidade que envolve este problema e que marca profundamente o processo político brasileiro.

O desenvolvimento capitalista exigirá transformações políticas de grande amplitude. A análise das formas de participação popular no presente parecem constituir um elemento importante para sondarmos as tendências das mudanças futuras”

(Ibid., 1965, p. 171)

### **Texto de 1978**

“Faz-se necessário **examinar** mais de perto o sentido **da** participação popular através de algumas de suas formas concretas **de manifestação política**:

a liderança **de massas de tipo populista, que se constituiu em uma das principais formas de imobilização política no período democrático,**

e o nacionalismo, **ideologia que inspirou as linhas básicas da ação de diversas organizações de esquerda (principalmente o PC)** e teve grande influência sobre os sindicatos e associações estudantis.”

(Ibid., 1978, p. 24)

Obs.: alterações do texto **em negrito** na segunda versão

As mudanças são sensíveis e indicam uma variação analítica importante sobre o populismo, bem como permitem algumas suposições sobre as intenções polêmicas de Weffort com a publicação da coletânea de 1978, em confronto com novos adversários políticos. O ISEB, agora, passara definitivamente para a margem de seu confronto polêmico – proposto agora como passado intelectual de uma certa forma de pensar a política, “reformista nacionalista” – e Weffort se concentrou em analisar o efeito da política “reformista nacionalista” sobre a luta partidária, estudantil e sindical no pós-1964.

Outra mudança interessante diz respeito ao pensamento liberal no Brasil. Na versão de 1963, o autor o caracterizava como o “espírito tradicional”, expressão de

uma camada social decadente e incapaz de compreender uma democracia com participação das massas. O nacionalismo, por outro lado, cumpriria papel de “forma dominante de consciência”, com sua enorme capacidade de “pressão ideologizante” (Ibid., 1965, p. 172). Em 1978, contudo, esta elaboração foi acrescida e reconsiderada. Agora, os liberais são apresentados como “mais lúcidos” que os nacionalistas em apontar os perigos da associação entre democracia e populismo, apesar da “hegemonia ideológica” fortemente contrária a esta crítica (Ibid., 1978, p. 25). Vejamos:

### **Texto de 1963**

“Não obstante,  
enquanto o espírito tradicional  
se desespera ante o populismo,  
os nacionalistas podem  
ter a satisfação, um tanto ingênua, de ver  
nele uma fase superada de nossa vida  
política,  
a infância de nossa democracia. Segundo  
Guerreiro Ramos, por exemplo, vivemos  
agora a fase da  
“política  
(Ibid., 1965, p. 172)

### **Texto de 1978**

“Não obstante, **num sentido os liberais  
foram mais lúcidos.**  
Enquanto estes  
se desesperavam **já em 1945 da  
democracia ao vê-la emergindo  
associada ao populismo,**  
**os ideólogos** nacionalistas **podiam, em  
meados dos anos 1950,** ter a satisfação  
ingênua **de ver no populismo**  
a infância de nossa democracia, **uma fase  
já superada pelo ascenso do  
nacionalismo que inauguraria** a fase da  
“política **ideológica”** “política **ideológica”.**”  
(Ibid.; 1978, p. 25)

Obs.: alterações do texto **em negrito** na segunda versão

Para compreender as revisões promovidas por Weffort em 1978, vale citar uma entrevista concedida por Weffort em 1976 para o primeiro número da revista *Cadernos de Debate*. Nesta, o cientista político aponta o golpe de 1964 como “uma ruptura ao nível das elites intelectuais e políticas” e, por isso, também a possibilidade de elaborar “um ponto de vista novo sobre o que pode vir a ser a participação da classe operária em nossa política” (Ibid., 1976, p. 82). Agora, na análise que fez do golpe e seus desdobramentos, Weffort passou a enfatizar a possibilidade de elaboração de um “ponto de vista novo” a partir da análise da crise do populismo, hegemônico na política brasileira até 1964 e da “separação radical entre elites e massa no Brasil” que se daria em seguida (Ibid., 1976, p. 82).

Como visto, em 1963 o argumento de Weffort sobre a relação entre populismo e nacionalismo, sua “forma mais refinada”, era ambíguo. Em várias passagens do texto, o autor parece conceber a possibilidade de uma forma populista não nacionalista, ou que fosse capaz de conduzir à “superação da pequena burguesia” (protagonista ideológico por excelência do populismo) por meio de uma revolução. Na versão revisada em 1978, por sua vez, o populismo aparece plenamente identificado com um momento de transição de natureza inevitavelmente capitalista e mesmo violento.

No capítulo escrito para o livro em 1963, Weffort parecia divergir de Gabriel Cohn, para quem as esquerdas deveriam se voltar a um trabalho de “organização a longo prazo”, a alternativa válida diante da tendência de isolamento e “esvaziamento do significado concreto dessa esquerda na atividade política global” (Cohn, 1965, p. 157). Weffort, por sua vez, apostara na necessidade da esquerda “lançar dúvidas” na crise política instaurada com a renúncia de Jânio Quadros e tomara como base para tal uma elaboração particular da relação das massas com a liderança populista. Em 1978, esta aposta é retirada do texto.

Na versão de 1978, o texto enfatiza a derrota e caracteriza o nacionalismo como “ideologia de substituição num período de crise de hegemonia”. Esta nova elaboração, original em seu conteúdo e léxico em relação ao texto original, ajuda a sustentar a hipótese de que Weffort reelabora o ensaio com vistas a uma polêmica distinta daquela para qual foi concebido em 1963. Nesta nova polêmica, o nacionalismo é retomado para caracterizar uma tradição política derrotada historicamente dada sua aposta populista, ou de exaltação estatal por meio da figura do líder. Aqui, a influência e capacidade de hegemonia ideológica nacionalista se deviam especialmente ao contexto de crise das classes dominantes e seu papel político teria sido o de imobilizar a ação política das massas populares e contribuir, assim, para uma solução conservadora desta.

Em 1978, portanto, é o próprio populismo que aparece encerrado nos limites de uma fase histórica concluída. Sua hegemonia aparece, agora, enterrada nos escombros de uma democracia eliminada por ter ameaçado o poder. Por outro lado, o conceito é retomado, agora, como meio para enfrentar novos adversários. A política de massas deve reencontrar seu lugar crítico porque as massas reaparecem na política e, com elas, o populismo, seu *parceiro-fantasma*. Espectro da difícil relação entre vida popular, atividade intelectual e organização política, o populismo se repõe no texto de Weffort como problema teórico, fenômeno histórico e político.

## Referências bibliográficas

- COHN, G. Perspectivas da esquerda. In: COHN, G., IANNI, O. e SINGER, P. (org.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965 .
- FERREIRA, J. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GOMES, A. C. O Populismo nas Ciências Sociais brasileiras. In: FERREIRA, J. (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- KAYSEL, A.; MUSSI, D. Populismo, classe e nação: Francisco Weffort e a teoria da dependência (1967-1972). *Anais do 9º Congresso Latino-Americano de Ciência Política*, Montevideu, Julho 2017a.
- \_\_\_\_\_. Populismo, sindicalismo e democracia: a polêmica entre Francisco Weffort, Carlos Estevão Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida. *Anais do 41o. Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, M. G. Outubro, 2017b.
- \_\_\_\_\_. Da política de massas às massas na política: F. Weffort e o populismo no Brasil. *Seminário de Pós-Graduação do Departamento de Ciência Política (USP)*. São Paulo, 2017c.
- JAGUARIBE, H. Que é o adhemarismo? *Cadernos do Nosso Tempo*, n. 2. Rio de Janeiro: IBESP, 1954.
- PINHEIRO, P. S. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- RAMOS, A. G. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1961.
- SCHWARZ, R. Um Seminário de Marx. In: SCHWARZ, R. *Sequências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SOUZA, M. C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: Alfa-ômega, 1976.
- TOLEDO, C. N. (org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- WEFFORT, F. Política e massas. In: COHN, G., IANNI, O. e SINGER, P. (org.). *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- \_\_\_\_\_. Raízes sociais do populismo em São Paulo. *Revista Civilização Brasileira*, a. 1, n. 2, p. 39-60, mai. 1965b.
- \_\_\_\_\_. Estado e massas no Brasil. *Revista Civilização Brasileira*, a. 1, n. 7, p. 137-158, mai.1966.

\_\_\_\_\_. Do anarquismo ao populismo. *Cadernos de Debate*, n.1, p.77-80, 1976.

\_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.